

Testes positivos para Covid diminuem e crescem para influenza, aponta pesquisa

O percentual de exames com resultado positivo para gripe subiu no Brasil no último mês, enquanto aqueles positivos para Covid caiu.

A positividade -número de exames com resultado positivo- para influenza A subiu de 16% para 25% no último mês, enquanto para Covid despencou de 35% para 16%.

O VSR (vírus sincicial respiratório), que gera complicações principalmente em crianças, também registrou alta na positividade -de 6% para 15%. Os dados fazem parte de levantamento do ITpS (Instituto Todos pela Saúde), que desde 2022 monitora a situação epidemiológica da doença com base em testes de laboratórios.

Foram analisados 43 mil testes coletados entre 11 de fevereiro e 16 de março pelos

laboratórios do Hospital Israelita Albert Einstein, HilaB, HLAGyn e Sabin, parceiros do instituto.

Os números indicam um surto de síndromes respiratórias fora de época, segundo o virologista Anderson Brito, coordenador do monitoramento do ITpS.

“Até 2019, a gente observava subidas de casos mais acentuadas principalmente nas épocas mais frias do ano -ao longo de maio, junho, julho e agosto. Com o isolamento físico para enfrentar a Covid por mais de 3 anos, a sazonalidade mudou”, diz.

Apesar da queda na positividade dos testes para coronavírus, o patamar ainda é alto e dificulta a diferenciação das síndromes gripais, afirma o virologista. “Temos pelo menos três vírus circulando ao mesmo tempo nas últimas

semanas -em algumas regiões mais do que outras-, o que causa confusão”.

“Se a pessoa com sintoma compartilha o ambiente com idosos ou pessoas imunossuprimidas, é importante buscar o teste diagnóstico para entender ou descartar a possibilidade de vírus que tendem a causar sintomas graves nesse público, como coronavírus e influenza A”, afirma Brito.

A Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo anunciou o início da campanha de imunização contra a gripe na segunda-feira (25). A vacina aplicada pelo Ministério da Saúde é trivalente -composta de duas cepas do influenza A e uma do B- e pode ser tomada na mesma ocasião de outros imunizantes. A estimativa é que 75 milhões de pessoas sejam imunizadas.

Folhapress



Economia



Relatório corta R\$ 9,49 bi de receitas com limite a incentivos do ICMS

Página - 03

Política

Governo está otimista com déficit zero, mas meta depende do crescimento, diz Haddad

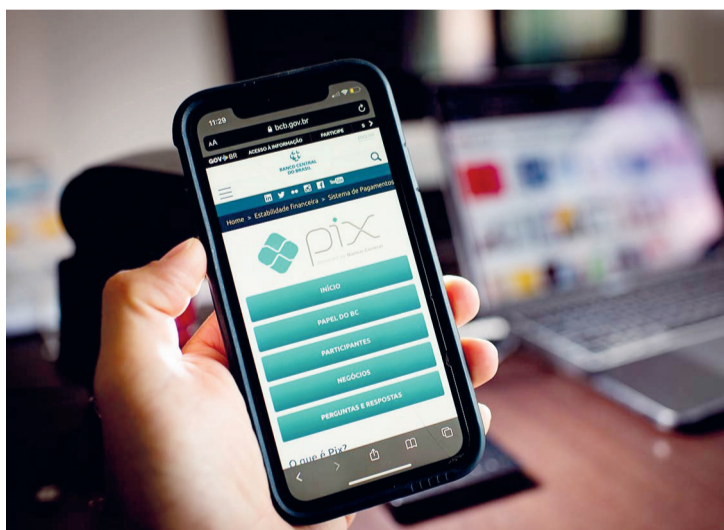
Página - 04

Governo Lula bloqueia R\$ 2,9 bi do Orçamento e mantém déficit dentro da meta fiscal

Página - 04

BC comunica vazamento de dados de 87 mil chaves Pix

Página - 03



Magazine Luiza aprova aumento de capital e propõe agrupamento de ações; papéis caem no Ibovespa

Pág - 20

Bombons e barras de chocolate ficam mais caros na Páscoa 2024, diz estudo

Pág - 20



No Mundo

Rússia faz mega-ataque na Ucrânia e diz estar em guerra pela 1ª vez



Uma semana após o início do pleito que reelegeru Vladimir Putin para mais seis anos à frente do Kremlin, a Rússia promoveu um dos maiores ataques aéreos já feitos contra a Ucrânia e chamou o conflito iniciado em 2022 de guerra pela primeira vez.

O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, desenhou a nova lógica do país em um artigo na revista Argumentos e Fatos e em sua fala diária com jornalistas na sexta (22). Até aqui, o eufemismo oficial para o conflito era SVO (sigla russa para operação militar especial), de uso obrigatório na imprensa pelo ór-

gão regulador de mídia local.

“Nós estamos em um estado de guerra. Sim, ela começou como uma operação militar especial, mas assim que esse grupo [de países que apoiam Kiev] se formou, quando o Ocidente coletivo virou participante do lado da Ucrânia, isso virou uma guerra para nós”, afirmou.

Para ele, o fato de os russos ainda não controlarem totalmente os quatro territórios que anexaram ilegalmente em setembro de 2022, no sul e no leste da Ucrânia, significa que “de fato há áreas ocupadas da Rússia” pelos inimigos.

A piroeta retórica, dado que o Kremlin tomou tais áre-

as, vem no momento em que os ucranianos passaram a atacar com intensidade Belgorodo, região fronteira ao sul, fazendo Putin prometer uma zona-tampão dentro do vizinho para evitar o alcance das armas rivais. Mas não é só discurso, embora até Putin e outras autoridades já tenham chamado a guerra de guerra em falas ao longo dos dois anos da invasão que promoveu. Ao limitar a ação a uma operação, o Kremlin minimizava para o público interno seu escopo, apesar dos enormes esforços e perdas envolvidos. Analistas russos falam em cerca de 100 mil soldados mortos até aqui. Igor Gielow/Folhapress

Macron planeja caminhada noturna pela Paulista e pode visitar Masp



O presidente da França, Emmanuel Macron, planeja realizar uma caminhada noturna na avenida Paulista e pode ainda fazer uma visita ao Masp em suas passagens por São Paulo, prevista para quarta-feira (27). De acordo com a secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes, as agendas ainda estão sendo organizadas. Ele realiza uma visita de três dias pelo Brasil e também passa por Belém, Itaguaí (RJ) e Brasília.

O roteiro em São Paulo, no dia 27, é o único em que o francês não estará acompanhado do presidente Lula (PT).

A embaixadora disse que a caminhada de Macron pela Paulista deve ocorrer ao fim de um jantar do qual participará com personalidades da cultura brasileira. Ela disse não saber quem participará. “Ouvimos falar de por exemplo em Chico Buarque, mas não temos ainda essa relação [dos convidados]”, disse Escorel.

“O presidente Macron parece que tem interesse em se deslocar do jantar e ir caminhando pela Avenida Paulista até o seu hotel para descansar”, afirmou.

“Será algo novo, que será interessante acompanhar. Mas a essa altura da noite já não há muito movimento na avenida Paulista, mas é in-

clusive a ideia... porque o presidente Macron é uma pessoa que faz muita atividade física, tanto que depois do jantar ele queira descansar, ou pelo menos gastar as calorias digeridas”, disse a diplomata, em tom de brincadeira. “Enfim, é uma coisa de fazer quando viaja, disseram que ele gosta de fazer passeios assim”.

Na terça (19), a fotógrafa oficial de Macron, Soazig de la Moissonniere, publicou nas redes sociais duas imagens em que o líder francês aparece treinando boxe.

Macron transmitiu uma imagem de virilidade e agressividade enquanto tem escalado declarações sobre a Guerra da Ucrânia. Ricardo Della Coletta/Folhapress

Rússia e China vetam resolução dos EUA que determinava cessar-fogo em Gaza

A Rússia e a China vetaram uma resolução proposta pelos Estados Unidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas que determinava um cessar-fogo na guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza.

A votação ocorreu nesta sexta-feira (22). O representante russo acusou o texto de proteger Tel Aviv e chamou Washington de hipócrita por ter bloqueado até agora uma resolução pedindo um cessar-fogo, mudando de postura apenas agora.

O placar foi 11 votos a favor, 3 contrários e 1 abstenção.

No ano passado, por exemplo, os EUA vetaram uma resolução proposta pelo Brasil pouco tempo após a eclosão do conflito que falava em “pausas humanitárias”, sob a justificativa de que o texto não reconhecia o direito de Israel de se defender.

A proposta americana acontece em meio às tentati-

vas do país de pressionar Tel Aviv a desistir de uma operação militar em Rafah. Nesta sexta, o secretário de Estado, Antony Blinken, chega à região para levar a mensagem de que “uma grande operação militar em Rafah seria um erro”, afirmou.

“Os EUA está trabalhando incansavelmente para garantir um cessar-fogo duradouro e imediato como parte de uma cordo para libertação dos reféns que vai nos ajudar a lidar com a situação humanitária em Gaza”, afirmou a embaixadora dos EUA na ONU, Linda Thomas-Greenfield, antes da votação.

“Esse é um momento em que o Conselho de Segurança tem um papel crítico. Essa resolução vai colocar pressão sobre o Hamas para aceitar um acordo”, completou.

O forte apoio americano ao seu maior aliado no Oriente Médio, no entanto, passa por um período turbulento diante das críticas às operações de Israel.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Relatório corta R\$ 9,49 bi de receitas com limite a incentivos do ICMS



Documento que orienta a execução do Orçamento, o Relatório Bimestral de Receitas e Despesas, divulgado na sexta-feira (22), em Brasília, reduziu em R\$ 9,49 bilhões a previsão de receitas com a nova lei que limita a utilização de incentivos fiscais estaduais por empresas. A projeção caiu de R\$ 35,35 bilhões para R\$ 25,86 bilhões neste ano.

Durante a votação no Congresso, a lei foi parcialmente desidratada, com a autorização para que não apenas a indústria, mas também o comércio e os serviços, utilizem o mecanismo. Em troca, o Congresso instituiu uma renegociação especial para que as empresas quitem os cerca de R\$ 90 bilhões que deixaram de pagar nos últimos

anos. Na época da aprovação, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tinha mantido a estimativa de arrecadação em torno de R\$ 35 bilhões.

Por meio de subvenções, as empresas deduzem incentivos fiscais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedidos pelos estados, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A lei limitou o uso do mecanismo apenas para investimentos pelas empresas, não dos custos.

O relatório também eliminou a previsão de arrecadação de R\$ 10,5 bilhões em Imposto de Renda com a manutenção parcial dos Juros sobre Capital Próprio (JCP).

O governo havia editado uma medida provisória propondo a derrubada do mecanismo no ano passado, mas o Congresso manteve parcialmente o benefício, apenas reduzindo a possibilidade de que empresas usem o mecanismo de forma abusiva.

Por meio do JCP, as empresas deduzem a distribuição de lucros aos acionistas como despesa. Isso na prática reduz o lucro e o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O governo queria extinguir o benefício, sob o argumento de que o mecanismo está defasado porque grandes empresas têm usado a ferramenta para buscarem brechas na lei e pagarem menos tributos.

Wellton Máximo/ABR

Governo fecha acordo com Varig para pagar R\$ 4,7 bi e quitar dívidas trabalhistas

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fechou um acordo para pagar R\$ 4,7 bilhões à massa falida da Varig como indenização por prejuízos causados pelo congelamento dos preços de passagens aéreas entre 1985 e 1992, em virtude do Plano Cruzado.

Desse valor, cerca de R\$ 1 bilhão será usado para quitar dívidas trabalhistas da companhia com pelo menos 15 mil trabalhadores. Outros R\$ 560 milhões serão destinados à regularização de débitos com o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) dos ex-funcionários.

Segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), a Justiça Federal já pediu a expedição do precatório, que será pago à vista em 2025.

A negociação foi conduzida pela CCAF (Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal) e autorizada pela 1ª Vara Empresarial do Tribunal

de Justiça do Rio de Janeiro, onde tramita o processo de falência da companhia.

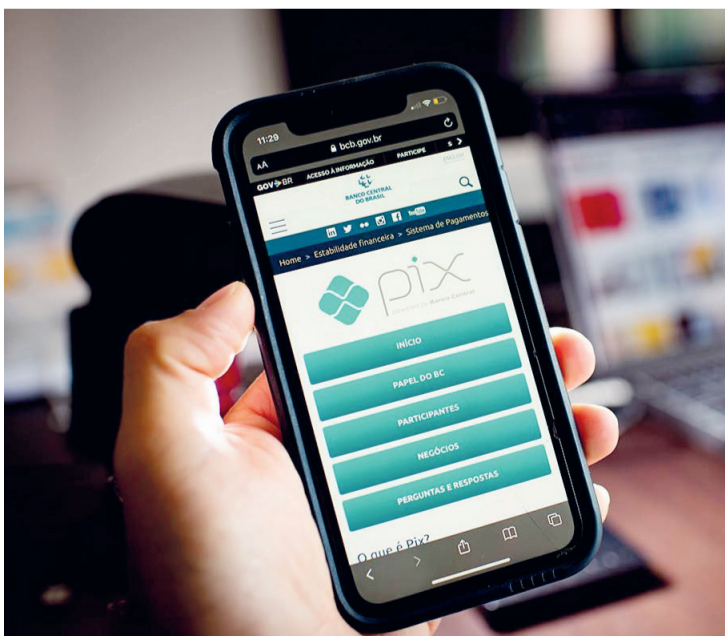
Os termos do acordo foram assinados pelos ministros Jorge Messias (AGU) e Fernando Haddad (Fazenda) e pelos administradores da massa falida da Varig. O Centro Judiciário de Conciliação da Justiça Federal do Distrito Federal homologou a negociação na quinta-feira (21).

O acordo põe fim a uma disputa judicial de mais de 30 anos da Varig contra a União. A companhia, que pediu recuperação judicial em 2005 e teve a falência decretada em 2010, alegou ter sofrido prejuízos com a política tarifária instituída no país entre outubro de 1985 e janeiro de 1992, no bojo dos planos econômicos que tentavam controlar a inflação.

A União já havia sido condenada pela Justiça Federal do DF a pagar a indenização, mas até o momento havia uma divergência sobre os valores devidos. Folhepress



BC comunica vazamento de dados de 87 mil chaves Pix



Um total de 87.368 chaves Pix de clientes da Sumup Sociedade de Crédito Direto S.A. (Sumup SCD) teve dados vazados, informou na sexta-feira (22) o Banco Central (BC). Este foi o sétimo vazamento de dados desde o lançamento do sistema instantâneo de pagamentos, em novembro de 2020.

Segundo o BC, o vazamento ocorreu entre 28 de setembro de 2023 e 16 de março de 2024 e abrangeu as seguintes informações: nome do usuário, Cadastro de Pessoa Física (CPF) com máscara, instituição de relacionamento, agência e número da conta.

O vazamento ocorreu por causa de falhas pontuais em sistemas da instituição de pagamento, informou o BC,

destacando que a exposição ocorreu em dados cadastrais, que não afetam a movimentação de dinheiro. Dados protegidos pelo sigilo bancário, como saldos, senhas e extratos, não foram expostos.

Embora o caso não precisasse ser comunicado por causa do baixo impacto potencial para os clientes, a autarquia decidiu divulgar o incidente em nome do “compromisso com a transparência”.

Todas as pessoas que tiveram informações expostas serão avisadas por meio do aplicativo ou do internet banking da instituição. O Banco Central ressaltou que estes serão os únicos meios de aviso para a exposição das chaves Pix e pediu que os clientes desconsiderem comunicações como chamadas telefônicas,

SMS e avisos por aplicativos de mensagens e por e-mail.

A exposição de dados não significa necessariamente que todas as informações tenham vazado, mas que ficaram visíveis para terceiros durante algum tempo e podem ter sido capturadas. O BC informou que o caso será investigado e que sanções poderão ser aplicadas. A legislação prevê multa, suspensão ou até exclusão do sistema do Pix, dependendo da gravidade do caso.

Foi o sétimo incidente de vazamentos de dados do Pix desde a criação do sistema, em novembro de 2020. Em agosto de 2021, ocorreu o vazamento de dados de 414,5 mil chaves Pix por número telefônico do Banco do Estado de Sergipe (Banese).

Wellton Máximo/ABR

Política

Governo está otimista com déficit zero, mas meta depende do crescimento, diz Haddad



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024 tem sido vista com otimismo pelo governo, mas que cumprir o objetivo depende do crescimento da economia. A declaração foi dada na sexta-feira (22) em coletiva de imprensa na capital paulista.

“O déficit zero depende da evolução da economia. Estamos mais otimistas. Tivemos um corte de 0,5 ponto na taxa Selic, e a dúvida agora é sobre a taxa terminal [de 2024], mas até isso vem evoluindo”, afirmou.

“A inflação está comportada, dentro da banda esperada para o ano, e segue menor até que a do ano passado. O cenário internacional teve uma

evolução para melhor, com a possibilidade de três cortes do Fed [Federal Reserve, o banco central dos EUA], o que pode ajudar o BC do Brasil a buscar uma taxa de juros ainda menor do que o projetado no segundo semestre.”

Mais cedo nesta sexta-feira, o governo federal também divulgou o bloqueio de R\$ 2,9 bilhões no Orçamento para evitar um estouro no limite de despesas previsto no novo arcabouço fiscal.

Por outro lado, o desempenho da arrecadação permitiu ao Executivo apresentar o primeiro relatório bimestral com um resultado primário dentro da meta fiscal, que tem como alvo central o déficit zero, mas permite uma flutuação até 0,25% do PIB para mais ou menos.

A Fazenda manteve a expectativa de crescimento do PIB deste ano em 2,2% e já fala em projeções de 2,5%, com base em cálculos de economistas. O dado, ainda assim, é menor do que o do ano passado, quando a economia do país avançou 2,9%. A revisão negativa se deve à redução nos prognósticos de safra para 2024, embora o governo veja indícios de que os setores da indústria e de serviços terão uma dinâmica mais pujante. Segundo a SPE (Secretaria de Política Econômica), vinculada à pasta, o PIB da indústria deve crescer 2,5%; o de serviços, 2,4%. No último boletim, divulgado em novembro de 2023, essas estimativas eram de 2,4% e 2,2%, respectivamente.

Tamara Nassif/Folhapress

Governo Lula bloqueia R\$ 2,9 bi do Orçamento e mantém déficit dentro da meta fiscal



O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou na sexta-feira (22) um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões nos gastos do Orçamento de 2024 para evitar um estouro no limite de despesas previsto no novo arcabouço fiscal.

Por outro lado, as estimativas para o desempenho da arrecadação permitiram ao Executivo apresentar o primeiro relatório bimestral com um resultado primário dentro da meta fiscal, que tem como alvo central o déficit zero, mas permite uma flutuação até 0,25% do PIB para mais ou menos.

Os dados oficiais indicam um déficit de R\$ 9,3 bilhões, o equivalente a -0,1% do PIB. Embora pior do que o superá-

Mauro Cid é preso por ordem de Moraes após audiência no STF

O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), teve mandado de prisão preventiva expedido novamente na sexta-feira (22) pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF.

De acordo com o gabinete de Moraes, Cid foi preso por “descumprimento das medidas cautelares e por obstrução à Justiça”. Ele será encaminhado ao Instituto Médico Legal, segundo o gabinete de Moraes.

A Polícia Federal também cumpriu nesta sexta um mandado de busca e apreensão na casa do ex-assessor de Bolsonaro.

Segundo integrantes da PF, o tenente-coronel feriu o acordo de confidencialidade da colaboração premiada, por isso foi considerado o descumprimento de uma medida cautelar. Ele fez isso, avaliam investigadores, para tentar atrapalhar a apuração, o que leva à acusação de obstrução de Justiça.

Cid será preso preventivamente aos cuidados da polícia do Exército.

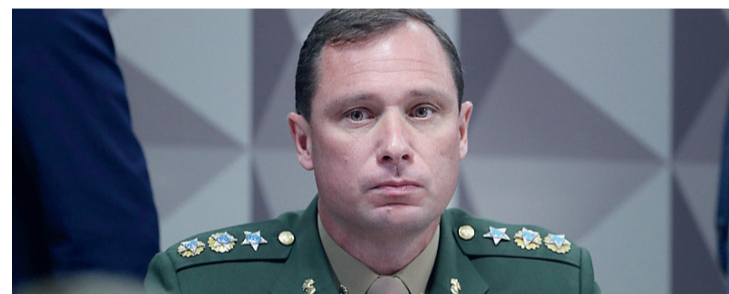
O Supremo também informou que está sob análise a homologação da delação feita pelo militar, já que os termos não foram tratados pela corte e, sim, pelos investigadores.

A medida ocorreu após Cid prestar depoimento no Supremo, conduzido pelo desembargador Airton Vieira, juiz instrutor do gabinete do ministro de Moraes.

Funcionários do tribunal informaram que Cid passou mal e desmaiou ao saber da ordem de prisão, mas logo depois se recuperou. Ele chegou a ser atendido por brigadistas no local.

A audiência foi agendada após a revista Veja divulgar áudio em que Cid afirma que a Polícia Federal tem uma narrativa pronta nas investigações sobre o ex-presidente. Ele se disse pressionado nos depoimentos e fez críticas a Moraes, que homologou sua delação premiada.

Constança Resende/Folhapress



vit de R\$ 9,1 bilhões aprovado no Orçamento, o resultado segue dentro do intervalo de tolerância da meta defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

“Não é sinal de conforto, mas de que as contas públicas estão sob controle”, disse o secretário de Orçamento Federal, Paulo Bijos, em entrevista coletiva para comentar os resultados. Segundo ele, a situação é de “equilíbrio”.

Os números do governo mostram uma perspectiva mais otimista do que a do mercado financeiro, que espera um déficit de 0,75% do PIB para este ano, diante da expectativa de arrecadação menor.

Para sustentar esse cenário e não colocar em risco o alcance da meta fiscal, o Executivo incorporou ganhos

de arrecadação com medidas adotadas no fim do ano passado com o objetivo de amortecer perdas reconhecidas em outras iniciativas. Além disso, a equipe econômica manteve projeções vistas com ceticismo pelo mercado.

Do pacote de R\$ 167,6 bilhões em medidas anunciado em 31 de agosto do ano passado para fechar as contas do Orçamento, o governo manteve R\$ 144,33 bilhões e ainda acrescentou outros R\$ 24 bilhões esperados com o limite para o uso de créditos judiciais pelas empresas para reduzir os tributos a pagar. Prevista em MP (medida provisória) editada em dezembro, a iniciativa não contava até então com nenhuma estimativa de impacto.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Diferenças entre gripes, resfriados e Covid

Gripes

Causadas pelo vírus influenza

Variantes

■ Têm importância epidemiológica, comumente associadas a surtos e epidemias

Tipo A H1N1*, H3N2, H5N1, H7N9, H10N8, H3N2v, H1N2v

Tipo B Yamagata, Victoria

Tipo C Não costuma causar epidemias de gripe, apenas sintomas semelhantes aos de resfriados

Tipo D Descoberto em bovinos, não há relatos de infecção em humanos

* Inicialmente chamada de gripe suína, depois de H1N1 pandêmica

Sintomas



Febre acima de 38°C



Tosse com secreção



Dores musculares



Calafrio



Dor de garganta



Mal-estar

Grupos de risco

- Crianças pequenas
- Idosos
- Portadores de doenças crônicas, como cardiopatias, diabetes e câncer
- Gestantes e puérperas

Tratamento

Antiviral Tamiflu (oseltamivir) para pessoas de grupos de risco, em até 48h do início dos sintomas. Nos demais casos, apenas tratar os sintomas com analgésicos, antitérmicos e descongestionantes. Recomenda-se hidratação, alimentação balanceada e pouco esforço físico

Resfriados

Causados por cerca de 200 tipos de vírus diferentes; rinovírus e adenovírus são os mais comuns

Sintomas



Febre baixa



Tosse seca



Espirros



Congestão nasal



Coriza



Irritação na garganta

Grupos de risco

Pessoas com o sistema imunológico muito debilitado. Mas os resfriados raramente levam a complicações, como pneumonia

Tratamento

Não há tratamento específico. É possível tratar os sintomas com analgésicos, antitérmicos e descongestionantes. Recomenda-se hidratação, alimentação balanceada e pouco esforço físico

Covid

Causada pelo vírus Sars-Cov-2

Sintomas



Febre (alta ou baixa)



Tosse (seca ou com secreção)



Dores no corpo (musculares e/ou nas articulações)



Dor de cabeça e de garganta



Perda de olfato e paladar



Falta de ar em casos mais graves

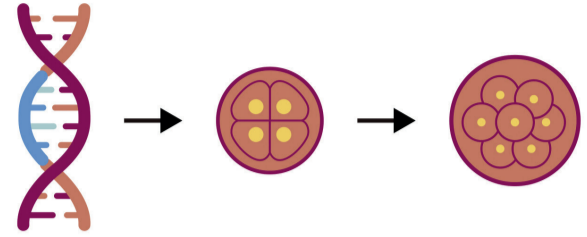
Grupos de risco

- Idosos
- Portadores de doenças crônicas, como cardiopatias, diabetes e câncer
- Pessoas em uso de imunossupressores
- Fumantes
- Gestantes e puérperas

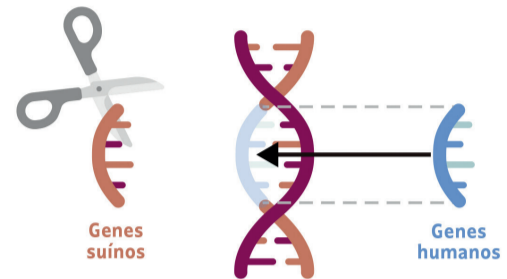
Tratamento

Antiviral Paxlovid (nirmatrelvir + ritonavir) para pessoas de grupos de risco e quadros mais graves. Na maioria dos casos, apenas tratar os sintomas com analgésicos, antitérmicos e descongestionantes. Recomenda-se hidratação, alimentação balanceada e pouco esforço físico

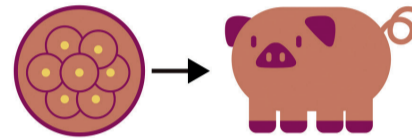
Como funciona o xenotransplante



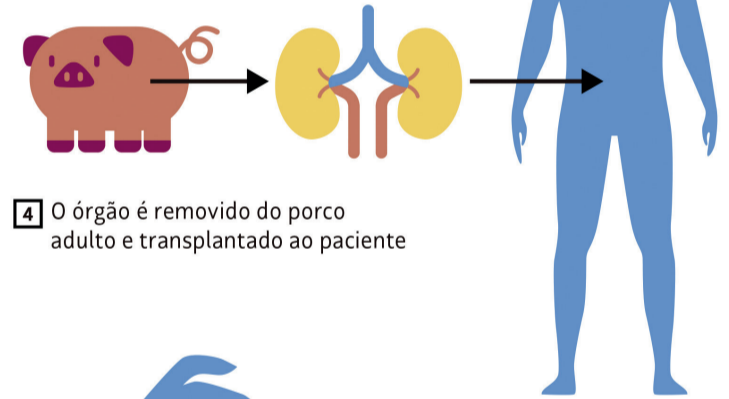
1 Um embrião de porco é modificado para se tornar mais compatível com o corpo humano



2 Para evitar a rejeição do órgão pelo nosso sistema imunológico, genes suínos são removidos e genes humanos são adicionados



3 O embrião dá origem ao animal doador, que é criado em ambiente controlado



4 O órgão é removido do porco adulto e transplantado ao paciente



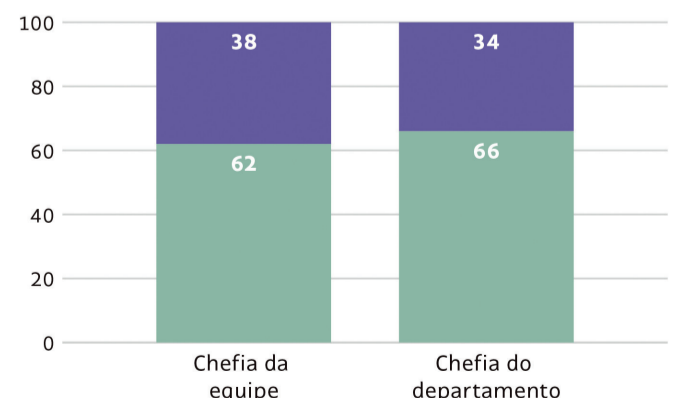
5 Medicamentos imunossupressores são necessários para evitar a rejeição ao órgão

Chefia da equipe

Pergunta estimulada e única "A pessoa na chefia de sua equipe de trabalho é: a) homem ou b) mulher?"

Em %

■ Homem
■ Mulher



* A amostra total foi de 381 entrevistas. A margem de erro para o total da amostra é de 5 pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%

Fonte: Pesquisa "Liderança Feminina na Oncologia" SBOC e Datafolha

... continuação

Hidroviás do Brasil S.A.

	Consolidado				Consolidado										
	2022	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos	2022	Terrenos	Edifícios	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurra-dores, barcas e navios	Imobilizado em andamento (a)	Total
Limday S.A.	13.900	(992)	4.304	(4.462)	12.750										
Obrinel S.A.	70.680	(5.039)	1.207		66.848										
Baden S.A.	10.623	(746)	56		9.933										
Subtotal	95.203	(6.777)	5.567	(4.462)	89.531										
Contrato de concessão Baloto	5.382		(406)		4.976										
Ágio (a)	9.007	(630)	(858)		7.519										
Total	109.592	(7.407)	4.303	(4.462)	102.026										

Movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2022 está composto a seguir:

	Controladora				Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Controladora								
	31/12/2021	Aumento/redução de capital	Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	Ajuste de avaliação patrimonial - resultado de conversão de moeda (CTA)			Adequação de participação societária	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurra-dores, barcas e navios	Imobilizado em andamento (b)	Total
Baden S.A.	2.448			(357)		358									
Hidroviás Del Sur S.A.	669.692	1.935		(41.328)		(66.488)									
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	10.262	360				(1.451)									
Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A.	443.711	450.000	85.776			110.426									
Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda.	189.777		40.429		1.080	(56.303)									
Hidroviás do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	33.401				170										
Pricolpar S.A.	14					1									
Hidroviás International Finance S.à.r.l.	1.536			(523)		671									
Hidroviás South America B.V.	38.731			(1.637)		45.116									
Hidroviás Navegación Fluvial S. A	19.844			4.957		82.530									
Baden S.A.	12.067			(761)		(683)									
Via Grãos		800				(10)									
Subtotal	1.421.483	453.095	126.205	(39.649)	1.250	(56.303)									
Contrato de concessão Baloto	5.788					(406)									
Baden S.A. - Mais-valia de ativos	2.506					(165)									
Hidroviás South America B.V. - Mais-valia	15.563					(5.198)									
Total	1.445.340	453.095	126.205	(39.649)	1.250	(56.303)									

Movimentação das empresas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022 está composta a seguir:

	Consolidado				Dividendos	Amortização	2022	Consolidado							
	31/12/2021	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício				Terrenos	Edifícios	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurra-dores, barcas e navios
Limday S.A.	13.793	(3.851)	4.208	(250)		13.900									
Obrinel S.A.	61.736	(1.572)	10.516			70.680									
Baden S.A.	12.067	(760)	(684)			10.623									
Subtotal	87.596	(6.183)	14.040	(250)		95.203									
Contrato de Concessão Baloto	5.788					5.382									
Ágio (a)	10.321	(676)				9.007									
Total	103.705	(6.859)	14.040	(250)		109.592									

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA). (a) Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday, fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações. As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

	31 de dezembro de 2023				Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido		
Controladas diretas						
Hidroviás del Sur S.A.	4.330.646.746	685.085	116.062	569.023	45.001	-
Hidroviás International Finance S.à.r.l.	12.000	3.032.053	3.030.411	1.642	280	-
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	20.000.000	9.549	500	9.049	(672)	-
Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda. (b)	220.475.382	754.681	522.983	231.698	2.890	209.606
Hidroviás do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	2.500.000	29.358	2.422	26.936	2.418	14.620
Hidroviás South America B.V.	1.000.000	133.935	28.395	105.540	27.442	142.277
Hidroviás Navegación Fluvial S.A. (c)	442	229.116	51.244	177.872	88.347	216.083
Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A.	512.989.094	1.200.490	937	1.199.553	109.640	-
Via Grãos S.A.	800.000	720	-	720	(70)	-
Controladas indiretas						
Baden S.A.	599.999.999	68.303	2.581	65.722	918	-
Girocortex S.A.	2.442.140.008	1.717.989	1.080.730	637.259	28.566	528.968
Hidroviás del Paraguay S.A.	266.377	226.567	38.019	188.548	140.160	319.339
Pricolpar S.A.	17.910	220.916	77.001	143.915	(1.803)	55.527
Cikelsol S.A.	800.000	782.882	850.141	(67.259)	(14.646)	185.022
Resflir S.A.	20.000	73.960	60.496	13.464	(3.301)	4.860
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.479.152	1.290.395	1.188.757	205.767	701.519
Hidroviás do Brasil - Administração Portuária de Santos S.A.	43.904.863	598.995	521.097	77.898	(28.177)	121.967
Controladas em conjunto (d)						
Limday S.A.	42.902.541	33.973	5.354	28.619	9.660	37.901
Obrinel S.A.	587.999.999	682.701	546.277	136.424	2.017	67.259
Baden	175.000.000	19.902	35	19.867	387	4.404

Movimentação das empresas controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2022 está composta a seguir:

	Consolidado				Dividendos	Amortização	2022	Consolidado							
	31/12/2021	Resultado de conversão de moeda (CTA)	Resultado de equivalência patrimonial	Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício				Terrenos	Edifícios	Instalações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos eletrônicos e informática	Veículos	Empurra-dores, barcas e navios
Limday S.A.	13.793	(3.851)	4.208	(250)		13.900									
Obrinel S.A.	61.736	(1.572)	10.516			70.680									
Baden S.A.	12.067	(760)	(684)			10.623									
Subtotal	87.596	(6.183)	14.040	(250)		95.203									
Contrato de Concessão Baloto	5.788					5.382									
Ágio (a)	10.321	(676)				9.007									
Total	103.705	(6.859)	14.040	(250)		109.592									

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA). (a) Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday, fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações. As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

	31 de dezembro de 2023				Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido		
Controladas diretas						
Hidroviás del Sur S.A.	4.330.646.746	685.085	116.062	569.023	45.001	-
Hidroviás International Finance S.à.r.l.	12.000	3.032.053	3.030.411	1.642	280	-
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	20.000.000	9.549	500	9.049	(672)	-
Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda. (b)	220.475.382	754.681	522.983	231.698	2.890	209.606
Hidroviás do Brasil - Intermediação e Agenciamento de Serviços Ltda.	2.500.000	29.358	2.422	26.936	2.418	14.620
Hidroviás South America B.V.	1.000.000	133.935	28.395	105.540	27.442	142.277
Hidroviás Navegación Fluvial S.A. (c)	442	229.116	51.244	177.872	88.347	216.083
Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A.	512.989.094	1.200.490	937	1.199.553	109.640	-
Via Grãos S.A.	800.000	720	-	720	(70)	-
Controladas indiretas						
Baden S.A.	599.999.999	68.303	2.581	65.722	918	-
Girocortex S.A.	2.442.140.008	1.717.989	1.080.730	637.259	28.566	528.968
Hidroviás del Paraguay S.A.	266.377	226.567	38.019	188.548	140.160	319.339
Pricolpar S.A.	17.910	220.916	77.001	143.915	(1.803)	55.527
Cikelsol S.A.	800.000	782.882	850.141	(67.259)	(14.646)	185.022
Resflir S.A.	20.000	73.960	60.496	13.464	(3.301)	4.860
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.479.152	1.290.395	1.188.757	205.767	701.519
Hidroviás do Brasil - Administração Portuária de Santos S.A.	43.904.863	598.995	521.097	77.898	(28.177)	121.967
Controladas em conjunto (d)						
Limday S.A.	42.902.541	33.973	5.354	28.619	9.660	37.901
Obrinel S.A.	587.999.999	682.701	546.277	136.424	2.017	67.259
Baden	175.000.000	19.902	35	19.867	387	4.404

Os dividendos recebidos estão sendo apresentados na demonstração de fluxo de caixa na atividade de investimento. Os efeitos de conversão das demonstrações elaboradas em moeda estrangeira, são apresentados na Demonstração dos Resultados Abrangentes (DRA). (a) Ágio gerado na aquisição de 44,55% das ações representativas do capital social da Limday, fundamentado em estudos desenvolvidos sobre a rentabilidade futura das operações. As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e em conjunto são apresentadas a seguir:

	31 de dezembro de 2023				Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido		
Controladas diretas						
Hidroviás del Sur S.A.	4.330.646.746	681.228	117.417	563.811	(66.488)	-
Hidroviás International Finance S.à.r.l.	12.000	3.257.623	3.255.939	1.684	671	-
Hidroviás do Brasil - Marabá S.A.	20.000.000	9.391	220	9.171	(1.451)	-
Hidroviás do Brasil - Cabotagem Ltda. (b)	220.475.382	839.273	646.592	192.681	17.697	208.815

	31 de dezembro de 2023				Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas
	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido		
Controladas indiretas						
Baden S.A.	599.999.999	72.304	2.529	69.775	10.166	-
Girocortex S.A.	2.442.140.008	1.413.804	1.143.893	269.911	(35.130)	514.349
Hidroviás del Paraguay S.A.	266.377	113.783	58.252	55.531	69.365	-
Pricolpar S.A.	17.910	227.625	74.103	153.522	15.503	78.150
Cikelsol S.A.	800.000	782.905	839.528	(56.623)	(49.466)	96.326
Resflir S.A.	20.000	88.958	71.002	17.956	(1.802)	5.026
Hidroviás do Brasil - Vila do Conde S.A.	519.596.445	2.181.040	1.198.484	982.556	258.788	747.395

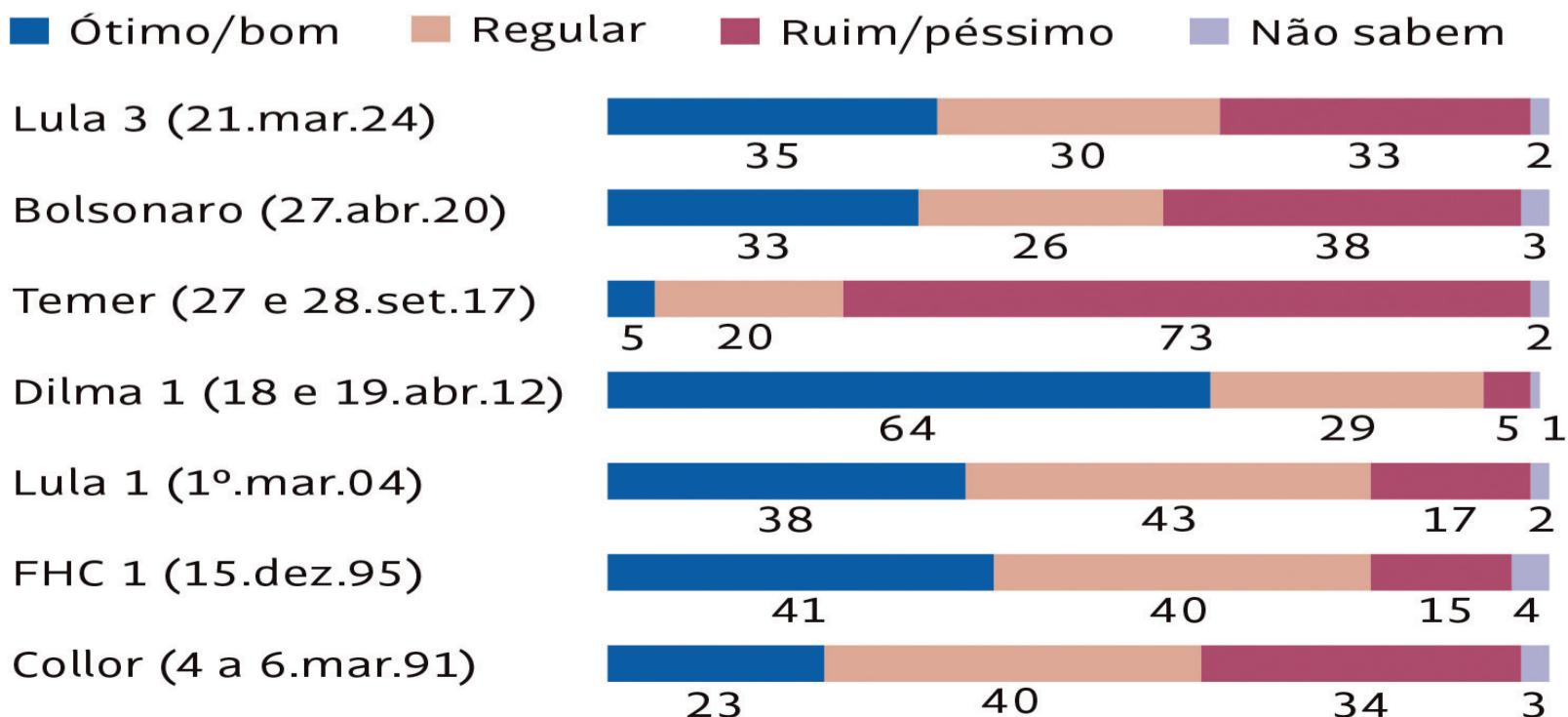
	31 de dezembro de 2023				Lucro (Prejuízo) das empresas do exercício	Receitas líquidas</
--	------------------------	--	--	--	--	---------------------

Hidroviás do Brasil S.A.		
Parecer do Comitê de Auditoria não Estatutário		
<p>O Comitê de Auditoria não estatutário da Hidroviás do Brasil S.A. ("Comitê de Auditoria") no exercício de suas atribuições, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidroviás do Brasil S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o relatório da Administração e a minuta do relatório (parecer dos auditores independentes) emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes ("Auditores Independentes"). A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração, estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. Os Auditores</p>	<p>Independentes são responsáveis pela auditoria das demonstrações financeiras e devem assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, e que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê de Auditoria baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes,</p>	<p>ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidroviás do Brasil S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e, dessa forma, recomenda, por unanimidade e sem ressalvas, sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia. São Paulo, 20 de março de 2024.</p> <p>Pedro Jaime Cervatti – Membro e Coordenador do Comitê de Auditoria Ricardo Ribeiro Sebastião – Membro do Comitê de Auditoria Antonio Mary Ulrich – Membro do Comitê de Auditoria</p>
Parecer do Conselho Fiscal		
<p>O Conselho Fiscal da Hidroviás do Brasil S.A. ("Conselho Fiscal") no exercício de suas atribuições legais, em especial nos termos do artigo 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, examinou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Hidroviás do Brasil S.A. ("Companhia") referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o Relatório da Administração, a proposta de</p>	<p>destinação de resultado e a minuta do relatório (parecer dos auditores independentes) emitido, sem ressalvas, pela Ernest & Young Auditores Independentes ("Auditores Independentes"), tendo concluído, por unanimidade, que os documentos examinados refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, em todos os aspectos relevantes, opinando no sentido de que os documentos estão em condição</p>	<p>de serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia. São Paulo, 20 de março de 2024.</p> <p>Felipe Caram – Membro e Coordenador do Conselho Fiscal Rafael Macedo – Membro do Conselho Fiscal Valmir Rossi – Membro do Conselho Fiscal</p>
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas		
<p>Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Hidroviás do Brasil S.A. – São Paulo-SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidroviás do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita: Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, as receitas da Companhia e suas controladas são originadas, principalmente, por transporte de cargas através de navegação fluvial e marítima, além de serviços de elevação e transbordo. Essas receitas são, em sua maior parte, baseadas em contratos de longo prazo celebrados com os clientes, que incluem garantias de volumes mínimos transportados ("Take or Pay"). Adicionalmente, a Companhia avalia, a cada fechamento contábil, o cumprimento das obrigações de desempenho para determinar o período adequado do reconhecimento das receitas, que envolvem montantes relevantes, de grande volume e pulverizados. Em nossa visão, em função dos aspectos mencionados acima podem impactar de forma relevante o montante de reconhecimento da receita, e consequentemente, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, bem como pela relevância dos montantes envolvidos nas transações representar elevado risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, volume de transações e natureza de suas operações, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria. <i>Como nossa auditoria conduziu o assunto:</i> Os nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: i) avaliação dos critérios de reconhecimento de receitas adotados pela administração, que suportam a contabilização das receitas, incluindo receitas de <i>take or pay</i>, ao longo do exercício; ii) revisão, em bases amostrais, de contratos com clientes e verificação de documentos que suportam o reconhecimento da receita; iii) testes amostrais de transações realizadas próximo ao período de fechamento contábil e o respectivo reconhecimento de receita; iv) testes amostrais de receitas reconhecidas ao longo do ano com inspeção de documentos que comprovam o reconhecimento da receita e recebimento com efetiva entrada de caixa; v) avaliação das divulgações da Companhia quanto ao reconhecimento de receita. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de</p>	<p>reconhecimento adicional de receita no exercício em função do período em que as obrigações de desempenho foram cumpridas, sendo este ajuste registrado pela administração mesmo considerando sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento de receita adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia e suas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que são suportados pela geração de lucro tributável futuro, conforme detalhado na nota explicativa nº 24. Devido à subjetividade e julgamento envolvidos na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos estimados, o assunto é considerado significativo para a nossa auditoria. <i>Como nossa auditoria conduziu o assunto:</i> Os nossos procedimentos de auditoria, incluíram dentre outros: i) análise quanto a razoabilidade das projeções de resultados, elaboradas pela diretoria da Companhia, que suportam a realização futura dos impostos diferidos ativos; ii) análise da adequação da metodologia e das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados; iii) teste matemático das projeções de resultados; iv) análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e dados contábeis, quando aplicável; v) confirmação que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e vi) avaliação das divulgações da Companhia quanto à realização do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a realização do imposto de renda e contribuição social diferidos, consideramos que os critérios e premissas para reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 21 de março de 2023, sem modificação. Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia</p>	<p>continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 20 de março de 2024.</p>

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC SP 034.519/O
Carlos Augusto Amado Junior
 CRC SP 292.320/O-0

Avaliação dos presidentes, segundo o Datafolha

Em %



Negócios

CCSPAR Administração e Participações S.A.

(Em Organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima Realizada em 30/12/2023
Aos 30 dias do mês de dezembro de 2023, às 10:00 horas, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Altino, nº 1.925, Sala 1, Bairro Jaguaré, CEP 05323-002, reuniram-se em primeira convocação os fundadores da **CCSPAR Administração e Participações S.A.**, ("Companhia") subscritores da totalidade das ações emitidas pela Companhia nesta data. Por indicação dos presentes, foi escolhida o Sra. **Cláudia Christina de Souza** para presidir os trabalhos, que convidou a Sra. **Elaine Passos de Carvalho** para secretária.

Ordem do Dia: (i) Constituição da Companhia; (ii) Fixação do capital social da Companhia; (iii) Aprovação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) Eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, a Sra. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da **CCSPAR Administração e Participações S.A.** (conforme Anexo II), já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição (Anexo II), que fica fazendo parte integrante desta ata, o capital social de R\$ 300,00, será dividido em 300 ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal; (iii) Esclareceu a Sra. Presidente, que o valor correspondente a 100% do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei, conforme se verificou do comprovante de depósito bancário que se encontrava sobre a mesa; (iv) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas ou oposições, esclarecendo a Sra. Presidente, por consequência, que tendo sido completadas todas as formalidades legais estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de **CCSPAR Administração e Participações S.A.**; (v) A seguir, por unanimidade dos presentes, elegeram as Diretoras da Companhia, todos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária do ano de 2026, permitida à reeleição, nos termos do Estatuto Social da Companhia: (a) **Cláudia Christina de Souza**, brasileira, maior e capaz, divorciada e que não vive em união estável, empresária, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 17.316.321 SSP/SP e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 126.883.488-25, residente e domiciliada no Município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Itanhaém, nº 565, Alphaville, CEP 06542-140, eleita para ocupar o cargo de **Diretora Presidente** da Companhia; e (b) **Elaine Passos de Carvalho**, brasileira, maior, capaz, empresária, que não vive em união estável, portadora da Cédula de Identidade (RG) nº 32.247.979-4 SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 309.945.698-58, residente e domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Croata, nº 416, apto. 13, Vila Ipojuca, CEP 05056-020, eleita para ocupar o cargo de **Diretora Sem Designação Específica** da Companhia. Os membros da Diretoria ora eleitos assinam neste ato os respectivos Termos de Posse, que integram a presente ata na forma do Anexo III, e que serão lavrados no correspondente Livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria da Companhia no prazo de 30 dias seguintes contados da realização da presente Assembleia, em conformidade com o disposto no §12 do Art. 149 da Lei nº 6.404/76. Ficou estabelecido que o valor da remuneração global dos Diretores eleitos será fixado em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente na sede social da Companhia. **Declarações:** Os Diretores eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no Art. 147, §1º da Lei Federal nº 6.404/76, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantil. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Art. 130 da Lei Federal nº 6.404/76, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes a saber: (i) **Cláudia Christina de Souza**, e (ii) **Elaine Passos de Carvalho**. São Paulo, 30/12/2023. Sra. **Cláudia Christina de Souza** (Presidente da Mesa e Acionista Subscritora) e Sra. **Elaine Passos de Carvalho** (Secretária da Mesa e Acionista Subscritora). A presente certidão, neste ato autenticada pela Presidente e Secretária da Mesa, é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Registro de Atas das Assembleias Gerais da Companhia. Visto do advogado: **Leonardo Tonelo Gonçalves**, OAB/SP 221.677. JUCESP/NIRE nº 3530063092-1 em 19/01/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CCSPAR Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 53.572.147/0001-12 - NIRE 35.300.630.921

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2023
Data, Hora e Local: Aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro do ano de 2023, às 10:00 (dez) horas, na sede da **CCSPAR Administração e Participações S.A.** (a "Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Altino, nº 1.925, Sala 1, Bairro Jaguaré, CEP: 05323-002. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do § 4º do Artigo 124, da Lei Federal nº 6.404/76, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas (os "Acionistas"). **Composição da Mesa:** Sra. Cláudia Christina de Souza (Presidente) e Sra. Elaine Passos de Carvalho (Secretária). **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Proposta de aumento do capital social da Companhia e fixação do preço de emissão das novas ações a serem emitidas pela Companhia; (ii) Ratificação da nomeação e contratação da empresa de avaliação dos bens a serem conferidos ao capital social da Companhia, bem como a aprovação do valor constante do Laudo de Avaliação apresentado; e (iii) Aprovação da nova redação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Foram deliberadas, à unanimidade de votos dos Acionistas presentes, sem restrições ou oposições, as seguintes matérias: (i) Homologaram a proposta de aumento do capital social da Companhia de R\$ 300,00 (trezentos reais) para R\$ 1.333.633,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e três reais) mediante a emissão de 1.333.633 (um milhão, trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três) novas Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, com preço total de emissão de R\$ 1.333.333,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil e trezentos e trinta e três reais) (as "Novas Ações ON"), as quais foram totalmente subscritas e parcialmente integralizadas, conforme Boletins de Subscrição anexos à presente ata (Anexo II), bem como aprovaram a alteração do Art. 5º do Capítulo II do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a redação que lhe é dada a seguir: "Art. 5º O capital social é de R\$ 1.333.633,00 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e três reais), dividido em 1.333.633 (um milhão, trezentos e trinta e três mil, seiscentos e trinta e três reais) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." (ii) Aprovaram que a integralização parcial das referidas Novas Ações ON emitidas pela Companhia, fosse realizada, neste mesmo ato, mediante a conferência ao capital social da Companhia, do bem imóvel descrito e identificado no Anexo IV, o qual foi conferido pelo valor de custo para fins de imposto de renda dos subscritores, conforme Proposta da Diretoria (Anexo III), Laudo de Avaliação (Anexo V) e Boletins de Subscrição (Anexo II); (iii) Ratificaram a nomeação e contratação da empresa de avaliação dos bens imóveis conferidos ao capital social da Companhia, bem como aprovaram os valores constantes do Laudo de Avaliação apresentado (Anexo VI); (iv) Aprovaram o prazo para integralização das Ações que foram subscritas e integralizadas com a conferência do bem imóvel descrito e identificado no Anexo IV; (v) Aprovaram a nova redação do Estatuto Social da Companhia anexo a presente ata (Anexo II); e (v) Autorizaram a Diretoria a tomar todas as medidas necessárias à consecução das deliberações aprovadas nesta assembleia, em especial para formalizar a emissão das Novas Ações ON, os registros necessários nos Livros da Companhia e transferência dos bens imóveis conferidos ao capital da Companhia (Anexo IV) para a titularidade da Companhia. **Declarações:** As Acionistas da Companhia renunciaram expressamente aos seus respectivos direitos de preferência na subscrição das Novas Ações ON emitidas pela Companhia. **Encerramento:** Terminada a leitura, nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, como ninguém se manifestou, a assembleia foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da Ata em livro próprio, nos termos do Artigo 130 da Lei 6.404/76, que após lida e aprovada, foi assinada por todos os Acionistas presentes, a saber: (i) **Cláudia Christina de Souza**; e (ii) **Elaine Passos de Carvalho**. São Paulo, 31 de dezembro de 2023. Sra. Cláudia Christina de Souza (Presidente) e Sra. Elaine Passos de Carvalho (Secretária). A presente certidão é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia, neste ato autenticada pelo Presidente e Secretária da Mesa. Mesa: **Cláudia Christina de Souza** (Presidente); **Elaine Passos de Carvalho** (Secretária). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 46.844/24-7 em 05/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Mercado absorve relatório fiscal e taxas ficam de lado

Os juros futuros fecharam a sessão perto da estabilidade, com discreto viés de baixa nos vértices curtos e intermediários, comportamento que prevaleceu durante toda a sexta-feira. A agenda do dia teve como destaque somente o Relatório Bimestral de Despesas e Receitas, que foi bem digerido, mas longe de trazer grande alívio com o cenário fiscal. O recuo nos juros dos Treasuries, se não foi capaz de trazer as taxas locais para baixo, ao menos contribuiu para limitar o contágio da cautela que afetou a Bolsa e o câmbio.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 9,915%, de 9,932% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 mostrava 9,84%, de 9,85%. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 10,09% (de 10,08% ontem) e a do DI para janeiro de 2029 marcava 10,58%, de 10,56%. Na semana, a curva perdeu inclinação, com as taxas curtas subindo cerca de 5 pontos e as longas, praticamente nos níveis dos ajustes da sexta-feira.

A ausência de vetores contundentes na sexta-feira resultou em lateralidade para as taxas, após uma semana de várias decisões de política monetária pelo mundo. Sexta foi a vez da Colômbia, que reduziu sua taxa em 0,5 ponto porcentual, a 12,25%.

O relatório bimestral de receitas e despesas foi bem recebido, mas sem provocar impacto nos preços. "Veio razoavelmente em linha com o esperado, mas a questão fiscal ainda levará algum tempo para se resolver", afirma o gestor de portfólio da Kinitro Capital, Mauricio Ferraz.

O documento trouxe um bloqueio de R\$ 2,9 bilhões em despesas discricionárias para cumprir o limite de gastos previsto no arcabouço fiscal. Houve ainda revisão na estimativa do resultado primário para 2024, de superávit de R\$ 9,1 bilhões para déficit de R\$ 9,3 bilhões.

IstoÉDinheiro

FMI Adiante I Securitizadora S.A.

CNPJ nº 46.449.523/0001-10 - NIRE 35.300.593.138

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/12/2022
Local/Data/Hora: Na Sede da Sociedade no dia 07/12/2022 às 10h30. **Convocação e Presença:** Dispensada. A presença de todos os acionistas, representando a totalidade de ações. **Mesa:** Presidente, Sr. **João D'Ottaviano Pucci Lima**, Secretário, Sr. **Gustavo Moreira Carvalho**. **Deliberações aprovadas:** (i) A 2ª emissão de debêntures simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, da FMI Adiante I Securitizadora S.A., na quantidade de 1.000 debêntures, cada qual com valor unitário de US\$ 1.000,00, totalizando o valor de R\$ 1.000.000,00; e (ii) Os termos e condições estabelecidas pela Escritura de 2ª Emissão de debêntures Simples, Não conversíveis em ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para colocação Privada, da FMI Adiante I Securitizadora S.A., sendo certo e declarado que os Acionistas estiveram presentes na modulação e estão cientes do conteúdo da Escritura; e (iii) Em favor da diretoria da FMI Adiante I Securitizadora S.A., poderes para adotar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação e formalização da Emissão de Debêntures e quaisquer atos até então adotados e todos e quaisquer documentos até então assinados pela diretoria da Emissora para formalização de referidas deliberações, incluindo, mas não se limitando a, negociar e firmar os termos e celebrar todos os instrumentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão, incluindo, mas não se limitando, à celebração da Escritura de Emissão, Boletins de Subscrição e demais documentos da Emissão. Nada mais. JUCESP nº 687.712/22-1 em 13/12/22. Gisela Siniema Ceschin - Secretária Geral.

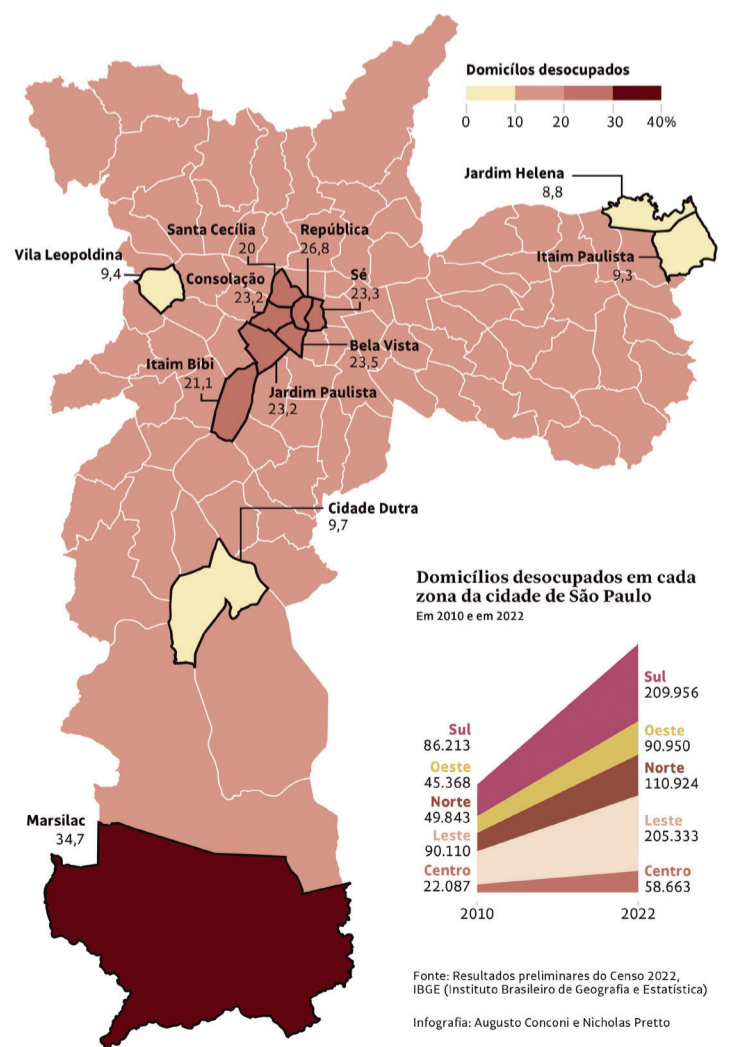
FMI Adiante I Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 46.449.523/0001-10 - NIRE 35300593138

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01/03/2023
Data/Hora/Local: 01/03/2023, 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. A presença dos acionistas representando a totalidade de ações. **Mesa:** Sr. João D'Ottaviano Pucci Lima, Presidente; Sr. Gustavo Stengler Nascimento, Secretário. **Deliberações aprovadas:** (A) A Emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da lei das Sociedades por Ações, as condições e as características específicas da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 1ª Série da Espécie Subordinada, Para Distribuição Privada, Destinada Exclusivamente Para Investidores Profissionais e/ou Qualificados, da Companhia, a qual terá as seguintes características e condições: (i) **Número da Emissão:** a Emissão constituirá a 3ª Emissão de Debêntures da Companhia; (ii) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 09/03/2023 ("Data de Emissão"); (iii) **Número de Séries:** a Emissão será realizada 1 série ("Série Única"); (iv) **Data de Vencimento:** As Debêntures terão vencimento em 05/09/2023; (v) **Valor total da Emissão:** o Valor Total da Emissão será de R\$1.100.000,00; (vi) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das debêntures será de R\$0,01 ("Valor Nominal Unitário"); (vii) **Valor de Integralização das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures poderá ser acrescido de ágio ou deduzido por deságio, de acordo com os termos previstos em cada um dos Boletins de Subscrição, os quais não resguardarão quaisquer vínculos com Boletins de Subscrição passados, presentes e/ou futuros, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio, será aplicado igualmente para todos os Debenturistas que subscreverem tanto por tanto, isto é, na medida em que vierem a concorrer em iguais condições de subscrição, incluindo, mas não se limitando, ao tempo de subscrição, ao valor subscrito e ao benefício direto ou indireto para a Companhia ("Valor de Integralização"); (viii) **Quantidade de Debêntures e Séries:** serão emitidas 110.000.000 de Debêntures; (ix) **Espécie:** as Debêntures serão da Espécie Subordinada; (x) **Disponibilização Otimizada:** as Debêntures poderão ser disponibilizadas aos debenturistas por todos e quaisquer meios, físicos e/ou eletrônicos, desde que tais meios não lhes retire o modo de colocação privado, incluindo, mas não se limitando, por meio de plataformas eletrônicas que facilitem o processo de subscrição e integralização das Debêntures, sendo certo que, mesmo quando disponibilizadas por meio de plataformas eletrônicas, tal fator não será uma violação ao modo de colocação, mas tão somente uma otimização dos procedimentos necessários ao êxito da Emissão; (xi) **Destinação dos Recursos:** destinação livre, com orientações gerais, conforme definido pelos Acionistas da Companhia em conjunto com a Diretoria da Companhia; (xii) **Remuneração das Debêntures:** as Debêntures não farão jus a juros remuneratórios, tampouco serão acrescidas de correções e/ou atualizações monetárias. O eventual rendimento dos debenturistas dar-se-á pela aquisição e/ou subscrição das debêntures com deságio em relação a seu valor nominal; (xiii) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (xiv) **Local de Pagamento:** o pagamento do Valor Nominal Unitário referente as Debêntures, será efetuado em até 1 dia útil após a Data de Vencimento, em conta corrente indicada pelos Debenturistas ou diretamente por transferência de saldo na(s) plataforma(s) escolhida(s) para a Disponibilização Otimizada, sendo certo que caberá a tais plataformas o repasse do valor aos Debenturistas ("Data de Pagamento"), observando-se, por certo, os Riscos de Intermediação e Repasse elencados na Escritura de Emissão; (xv) **Encargos Moratórios:** ocorrendo imputabilidade nos pagamentos devidos pela Companhia, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 0,1% sobre o valor devido, mediante aviso extrajudicial escrito, pelo Debenturista à Companhia ("Encargos Moratórios"); (xvi) **Garantia:** as Debêntures serão da modalidade clean. Portanto, sem garantias; (xvii) **Vencimento antecipado:** as Debêntures e todas as obrigações assumidas pela Companhia serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses e termos a serem previstos na Escritura ("Vencimento Antecipado"); e (xviii) **Demais características:** as demais características das Debêntures encontrar-se-ão descritas na Escritura de Emissão e serão negociadas pela diretoria da Companhia. (C) A realização da oferta estritamente privada, sem a utilização de qualquer dos elementos descritos e regulados pelas Instruções Normativas e/ou Resoluções editadas pela CVM, especialmente pela Resolução Normativa de nº 160, ou, ainda, de qualquer outro elemento que retire o caráter privado da colocação, o que, por conseguinte, dispensa a obrigatoriedade de protocolo, registro e arquivamento perante a CVM; (D) A realização do processo de disponibilização otimizada das Debêntures, com fim de permitir que a subscrição e a integralização das Debêntures se dê por meio de plataformas eletrônicas, com fim de que se faça a disponibilização otimizada das Debêntures objeto desta deliberação; e (E) A autorização para que a diretoria da Companhia possa adotar todos e quaisquer atos para a formalização de referidas deliberações. Nada mais. JUCESP nº 99.034/23-2 em 09/03/23. Gisela Siniema Ceschin - Secretária Geral.

Desocupação de imóveis aumenta na cidade de São Paulo em 12 anos

Imóveis desocupados em 2022
Em % do total de domicílios



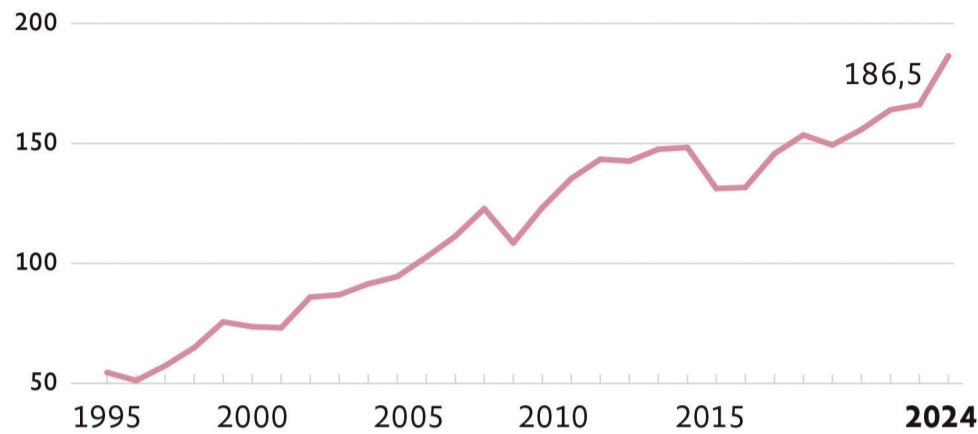
Cotação das moedas

Peso (Argentina) - 0,005839	Peso (Chile) - 0,005088
Peso (México) - 0,2984	Peso (Uruguai) - 0,1323
Yuan (China) - 0,6902	Rublo (Rússia) - 0,0545
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3979	
Coroa (Suécia) - 0,473	
Dólar (EUA) - 4,9897	
Franco (Suíça) - 5,5558	
Iene (Japão) - 0,03297	
Libra (Inglaterra) - 6,2885	

Gráficos Informativos

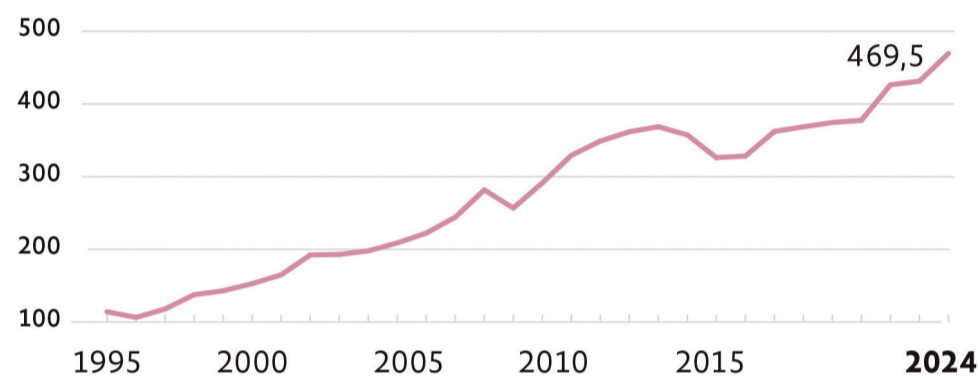
Receita bate recorde

Arrecadação em fevereiro, em R\$ bilhões*



Arrecadação acumulada no ano

Em R\$ bilhões*

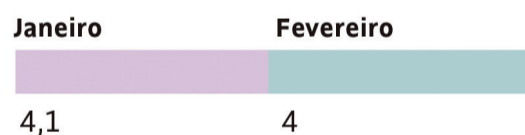


12,27% foi a alta real de receitas em fevereiro ante igual mês de 2023. No ano, o avanço é de **8,82% acima da inflação**

Arrecadação com fundos exclusivos

Em R\$ bilhões

Efetivo

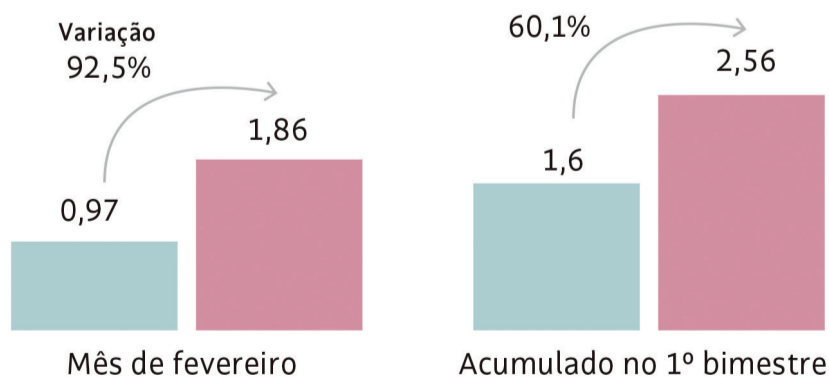


Previsão para o ano de 2024



Custo da desoneração da folha de pagamento

Em R\$ bilhões



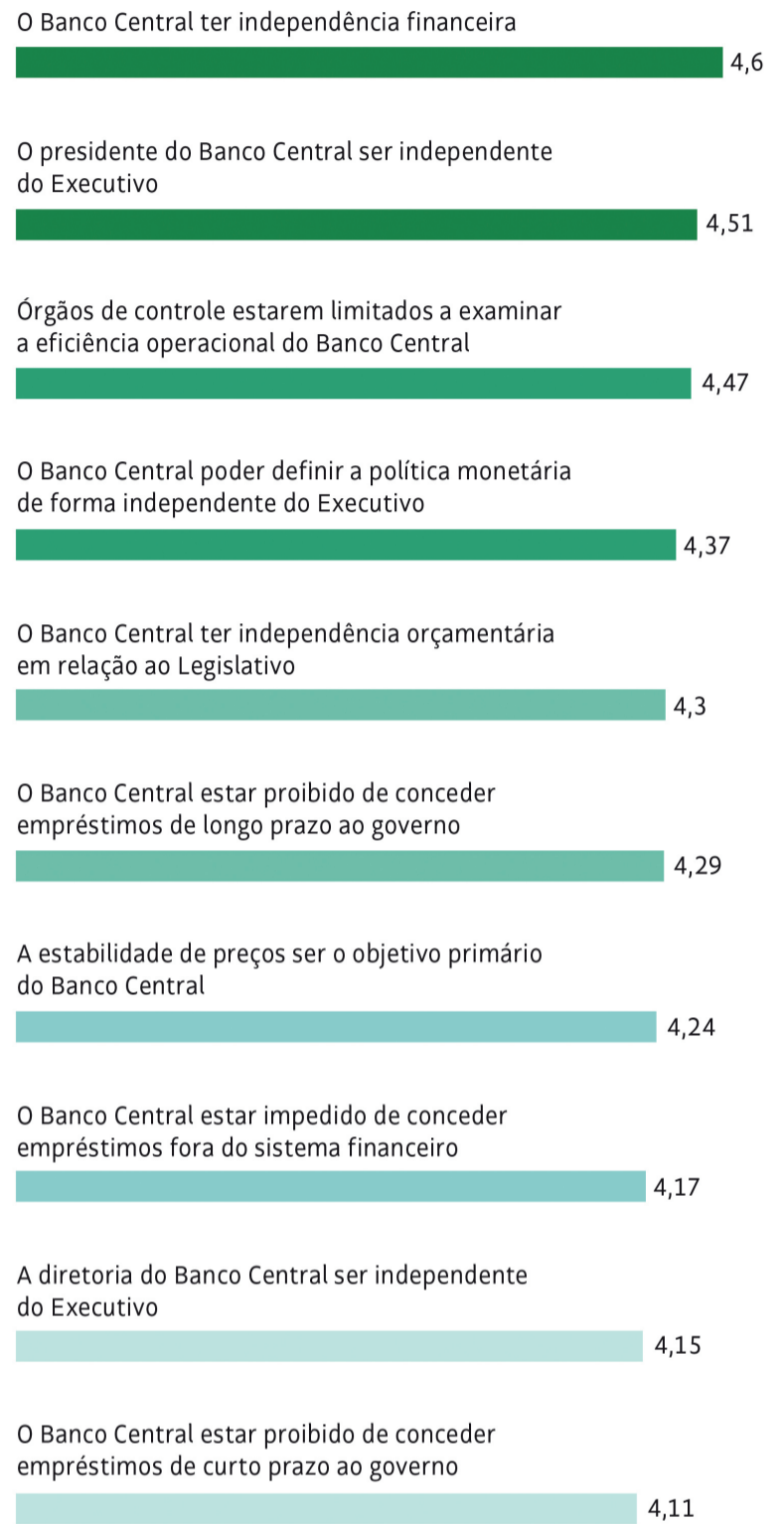
Mudanças

Além da prorrogação da desoneração, Congresso reduziu alíquota do setor de transportes (de 2% sobre o faturamento para 1%) e cortou a cobrança dos municípios de até 156,2 mil habitantes

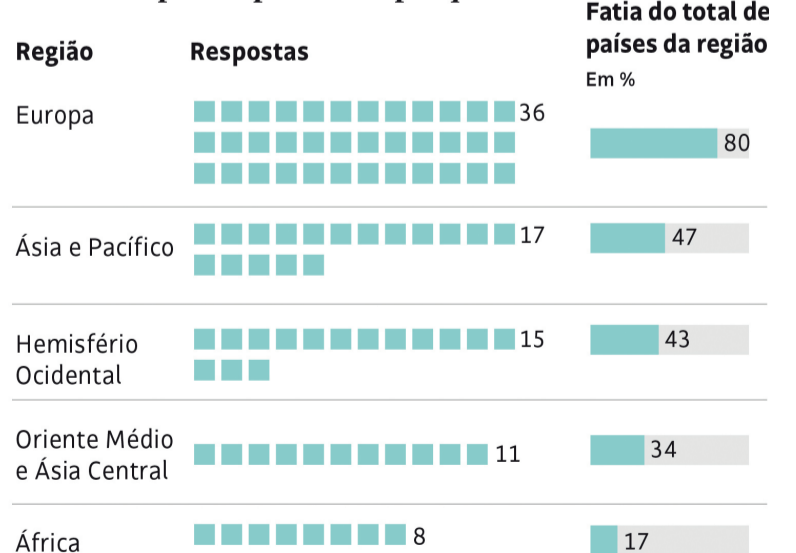
*Valores corrigidos em fevereiro/2024 | Fonte: Receita Federal

Variáveis mais importantes para independência do Banco Central*

Pontuação (de 0 a 5)



Perfil dos participantes da pesquisa*



* A pesquisa foi respondida por representantes de 87 autoridades monetárias ao redor do mundo | Fontes: Tobias Adrian, Ashraf Khan e Lev Menand, autores de texto para discussão do FMI (Fundo Monetário Internacional)

comercial@datamercantil.com.br

Negócios

Magazine Luiza aprova aumento de capital e propõe grupamento de ações; papéis caem no Ibovespa



O Magazine Luiza (MGLU3) informou que homologou aumento de capital no valor de R\$ 1,25 bilhão, “em razão da verificação da subscrição e integralização de ações a totalidade da subscrição máxima”, segundo fato relevante divulgado na sexta-feira (22). O conselho da companhia também aprovou uma proposta de grupamento de ações. Os papéis da empresa caem no Ibovespa.

No intradía, os papéis ordinários de Magazine Luiza (MGLU3) caíram 2,01%, cotados a R\$ 1,95%.

Ao todo, segundo o Magalu, foram efetivamente inscritas e integralizadas 641.025.641 ações, ao preço de R\$ 1,95 por ação. Desta forma, o capital social do Magazine Luiza passou a ser de R\$

13.802.162.483,70, representado por 7.389.952.489 ações.

A varejista afirmou que os acionistas controladores participaram, conforme divulgado no fim de janeiro, de 66% do total de ações inscritas, com a totalidade das ações disponíveis, e o mercado subscreeu as ações restantes.

O Magazine Luiza lembra que do total de ações disponíveis para os acionistas minoritários, mais de 75% foram inscritas pelo mercado.

O aumento de capital do Magazine Luiza tem por finalidade a aceleração dos investimentos em tecnologia, incluindo a expansão do Luizalabs e a evolução da plataforma de marketplace, experiência do usuário (UX) e dos serviços de advertising, fintech, fulfillment e Magalu Cloud, além da otimização

de sua estrutura de capital.

O início das negociações das ações objeto do aumento de capital na B3 ocorrerá a partir da sexta-feira (22).

O conselho de administração da empresa aprovou a proposta de grupamento da totalidade de suas ações na proporção 10 para 1, que será submetida à apreciação da assembleia geral extraordinária (AGE). O principal objetivo, segundo o Magalu, é a redução da volatilidade das ações.

Por meio da proposta, será realizado o grupamento da totalidade das atuais 7.389.952.489 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da companhia, na proporção de 10 ações para 1 ação da mesma espécie, sem modificação do capital social.

Bombons e barras de chocolate ficam mais caros na Páscoa 2024, diz estudo

Barras e bombons de chocolate estão mais caros nesta Páscoa em comparação com os dois anos anteriores, segundo estudo da XP com dados da inflação.

Consumidor deve gastar até 3,63% a mais em chocolates nesta Páscoa, diz o levantamento da corretora de investimentos com base no IPCA (Índice Nacional de Preços Ao Consumidor Amplo), que não inclui o ovo de Páscoa entre os itens analisados.

Cálculo compara ao mesmo índice registrado em março de 2022 e 2023. Apesar de ter ficado mais caro, a variação foi menor do que a do ano passado, quando houve alta de 10,7%.

O cacau está mais caro, explicou o economista da XP Alexandre Maluf. “O aumento de preços em produtos como achocolatados, barras

de chocolates e bombons é fortemente influenciado pelo aumento do valor do cacau no mercado internacional, impulsionado pela quebra de safra nos países produtores, principalmente na África”, disse.

Itens típicos do almoço de Páscoa também tiveram variação de preço relevante, afirma o estudo. O maior aumento foi o do azeite, que subiu 40,7% no período, devido principalmente ao fenômeno climático El Niño na Europa.

Açúcar refinado (13,92%), sorvete (10,43%) e bebidas alcóolicas, exceto cerveja e vinho (11,27%), ficaram mais caros. Já o óleo de soja (-22,73%), carnes (-7,95%) e a margarina (-8,43%), mais baratos.

Tradição da data, o bacalhau se manteve praticamente estável, com variação de 0,46% em relação ao ano passado.

Folhapress



Genial está ‘satisfeita’ com Itaú e enxerga dois grandes motores de crescimento no banco



Os analistas da Genial Investimentos avaliaram o Itaú como o “mais preparado” dos bancos do setor no atual cenário econômico e mantém os seus investidores satisfeitos com o desempenho consistente.

Com base nos insights obtidos em encontros com investidores institucionais e o time de Relações com Investidores e Inteligência de Mercado do Itaú Unibanco, a Genial identificou dois motores para o crescimento do negócio.

One Itaú e Atlas: Motores de crescimento digitais

O primeiro deles é o One Itaú, um aplicativo que pretende reunir todos os produtos do Itaú, de forma

que aumente o cross-selling (venda de produtos ou serviços complementares, entre os segmentos da instituição).

O segundo é o app Atlas, dedicado a pequenas e médias empresas (PMEs) para atender à demanda reprimida por serviços digitais de baixo custo.

Conforme ressaltam os analistas da Genial, Eduardo Nishio, Wagner Biondo e Felipe Oller, estes dois fatores não estão contemplados no guidance do Itaú de 2024 e notam que ele está em um bom momento.

“Com o banco bem-posicionado e um desempenho robusto, a gestão do banco está dedicando mais tempo

a questões de longo prazo, como cultura, clientes, tecnologia e recursos humanos, o que deve continuar impulsionando a competitividade do Itaú,” analisam.

Itaú pode perder espaço no mercado? Banco se prepara para possibilidade com Santander e Bradesco

Em suas conversas, os especialistas notaram que o banco se sente mais preparado para evitar uma perda de market share.

“O Itaú afirmou que o ganho de market share nos últimos anos, especialmente no varejo, foi atribuído ao amplo portfólio de produtos e à priorização da qualidade dos serviços”, explica o relatório.

Suno